

## ATA DA REUNIÃO Nº 22 DO CONSELHO CONSULTIVO

**DATA:** 3 de julho de 2013

**HORÁRIO:** 10h

**LOCAL:** Plenário da Agência, localizado no 7º andar do Edifício-Sede, em Brasília (DF)

### PARTICIPANTES

- Pela Agência Nacional de Aviação Civil:
  - Marcelo Pacheco dos Guarany - Diretor-Presidente e Presidente do Conselho Consultivo
  - Cláudio Passos Simão - Diretor
  - Ricardo Sérgio Maia Bezerra - Diretor
  - Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino - Diretor
  - Vitor Mateus Silva Ramos - Secretário-Executivo Substituto do Conselho Consultivo
- Representando o segmento das empresas de serviços de transporte aéreo:
  - Victor Rafael Rezende Celestino
  - Robson Bertolossi
  - Fernando Alberto dos Santos
- Representando o segmento dos usuários de serviços aéreos:
  - Dadino de Oliveira Filho
  - Antônio Cláudio Magnavita Castro
  - Miguel Fernandes da Silva
- Representando o segmento dos exploradores de serviços de infraestrutura aeroportuária:
  - Pedro Gilson Azambuja
- Representando o segmento da aviação geral, aeroclubes e aerodesporto:
  - Humberto Gimenes Branco
  - Ricardo Nogueira da Silva
- Representando o segmento da indústria aeronáutica e manutenção aeronáutica:
  - Walter Bartels
- Representando o segmento dos trabalhadores do setor:
  - Graziella Baggio
- Representando o segmento das instituições de formação e adestramento de pessoal destinado à aviação civil:
  - Elones Ribeiro

- Representando o Comando da Aeronáutica:  
Cel. Av. Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

## **PAUTA**

### **(1) ANAC**

Abertura dos trabalhos

### **(2) ANAC**

Apresentação da Gerência-Geral de Ação Fiscal

### **(3) ANAC**

Apresentação sobre a concessão dos aeroportos internacionais Antônio Carlos Jobim - GIG e Tancredo Neves - CNF

### **(4) ANAC**

Apresentação sobre análise do relatório da Câmara Técnica de Aviação do grupo de trabalho sobre regulamentação da Aviação Geral

### **(5) ANAC**

Canais de comunicação da sociedade ANAC

### **(6) ANAC**

Assuntos Gerais

### **(7) ANAC**

Encerramento

**(1)** Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às onze horas, teve início a vigésima segunda Reunião do Conselho Consultivo no Plenário do edifício sede da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, em Brasília. O Presidente iniciou os trabalhos saudando os Conselheiros e Diretores presentes e exaltando a importância deste órgão de assessoramento. Em seguida, explicou que seu mandato como Diretor-Presidente da ANAC se encerraria em onze de julho, data em que seria substituído automaticamente pelo Diretor-Presidente Substituto Cláudio Passos Simão. Prosseguiu apresentando a pauta e definindo as regras gerais para a realização da reunião, estabelecendo o prazo de quinze minutos para as apresentações dos temas nela constantes e de dois minutos para os comentários. Ressaltou que os assuntos não incluídos no plano original da reunião poderiam ser abordados no momento destinado aos assuntos gerais e aproveitou para propor a inclusão da revisão do Regimento Interno do Conselho Consultivo na pauta, de forma a apresentar as mudanças elaboradas pelo grupo de trabalho criado para este fim.

(2) Dando início aos temas constantes da pauta, o Presidente convidou o Gerente-Geral de Ação Fiscal, Sr. Cláudio Beschizza Ianelli, para expor sobre as ações de fiscalização desenvolvidas pela Agência nos últimos meses. Primeiramente, o Gerente apresentou-se e explicou que a Gerência-Geral de Ação Fiscal - GGAF foi criada durante a reforma estrutural da ANAC, ocorrida em outubro de 2012, com o objetivo de separar ações de vigilância continuada, que passaram a ser exercidas apenas pelas Superintendências finalísticas, das ações de fiscalização de atos ilícitos, competências desta nova Gerência. Destacou que, após a reestruturação, todas as denúncias sobre ilícitos recebidas pela ANAC passaram a ser tratadas pela GGAF, sendo ela também responsável por estabelecer um canal de assistência e atenção ao passageiro. A apresentação prosseguiu com o Gerente indicando as atribuições da Unidade, entre as quais destacou a coordenação das ações fiscais que envolvam mais de uma área da Agência ou órgãos externos, a fiscalização da prestação de serviços aéreos e a coordenação do cumprimento do plano de assistência às vítimas de acidentes. Em seguida, foi detalhada sua estrutura, que inclui uma Gerência de Planejamento e Inteligência, responsável pelas ações e armazenamento de dados para o fornecimento de informações e relatórios, e uma Gerência de Operações, responsável pela atenção ao passageiro. O Gerente afirmou que, em relação à segurança operacional, a GGAF tem realizado ações em conjunto com as diversas áreas da ANAC visando ao fortalecimento da cultura da segurança operacional e da disciplina de voo na aviação. Destacou ainda que as principais ferramentas destas atividades são as ações de fiscalização e operação, as regras de controle de espaço aéreo e o doutrinamento, estas últimas realizadas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA, e acentuou que as ações de doutrinamento são planejadas a partir das deficiências apontadas pela Gerência. Foi destacada também a importância de que essas ações ocorram de forma conjunta entre ANAC e órgãos externos, como a Polícia Federal, a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN e a Receita Federal, de forma a oferecer proteção e respaldo aos fiscais. Prosseguindo, o Gerente enumerou as fiscalizações já realizadas, citando a cidade do Rio de Janeiro, o oeste de São Paulo, a região de Paraty e Angra dos Reis e a região metropolitana de São Paulo, e destacou o papel desempenhado pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - CENIPA nas ações de doutrinamento posteriores a essas fiscalizações, apontando que já foram realizadas três palestras por este órgão com a finalidade de reeducar e de conscientizar os envolvidos. Concluindo a apresentação, ele anunciou que novas operações serão realizadas no segundo semestre do ano corrente e que a GGAF tem o desejo de aprimorar seus procedimentos continuamente. O Presidente, então, agradeceu a participação do Gerente e explicou que a criação dessa Unidade na estrutura da ANAC surgiu da necessidade de integrar, supervisionar e realizar um acompanhamento das atividades de certificação efetuadas pelas diversas áreas da Agência. Apontou que a Gerência incorporou em seu quadro de pessoal os servidores lotados nas unidades regionais da Agência e que, a partir dessa mudança, estes servidores passaram a ter liberdade para atuar em mais de uma área, o que possibilitou uma melhor utilização dos recursos humanos disponíveis na ANAC. Finalizando, o Presidente

ênfatiou que as ações especiais realizadas em aeroportos durante eventos de grande movimentação passaram a ser monitoradas e coordenadas pela GGAF, o que permitiu sua penetração em diversos pontos do país. Em seguida, abriu espaço para perguntas e comentários dos Conselheiros, sendo a Conselheira Graziella Baggio a primeira a se manifestar. Seu questionamento girou em torno do entrosamento entre a ANAC e o CENIPA no que concerne às denúncias de pilotos recebidas pelo órgão, sobre os desdobramentos destas denúncias e, por fim, sobre quando a ANAC implantará as recomendações deste Centro de Investigação. O Conselheiro Robson Bertolossi perguntou se a Gerência realiza as fiscalizações de forma global ou se a ANAC possui um setor específico responsável por estas fiscalizações, que lavra os respectivos autos e, posteriormente, encaminha as informações para a GGAF. O Coronel Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira aproveitou o espaço para, em nome do DECEA, elogiar a iniciativa de criação e o funcionamento da GGAF, destacando que já são visíveis melhorias nos índices de segurança de voo. O próximo Conselheiro a se manifestar foi o Sr. Pedro Azambuja, que perguntou se a ANAC esteve presente no evento organizado pelo CENIPA em conjunto com os Serviços Regionais de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - SERIPA na cidade de Teresina e se este evento se incluía dentre as iniciativas de conscientização citadas pelo Gerente. Em resposta às questões levantadas, o Gerente explicou quais eram os procedimentos comuns mundialmente utilizados na análise de acidentes, que se inicia na busca das causas que os originaram e termina com orientações aos envolvidos para que ocorrências semelhantes não se repitam. Informou ainda que, além da orientação para evitar futuros acidentes, o CENIPA recebe denúncias e as relata aos órgãos competentes. Já no âmbito da ANAC, o Gerente frisou que estas denúncias recebidas são distribuídas às áreas específicas para que sejam respondidas sobre as medidas adotadas pela Agência e também utilizadas como subsídio na formulação de futuras ações de fiscalização e na edição de normas. Quanto aos autos de infração, o Gerente explicou que a verificação em campo é realizada pela GGAF, que os trata até o recebimento da resposta da empresa aérea e os encaminha, posteriormente, à Superintendência competente para a realização do julgamento em primeira instância, destacando ainda a possibilidade de recurso à Junta Recursal e à Diretoria, se for o caso. Em relação ao seminário presenciado pelo Conselheiro Pedro Azambuja na região Nordeste, o Gerente reforçou a vontade da ANAC de se fazer presente nestas manifestações e ressaltou que, além dos seminários realizados em parceria com a GGAF, o CENIPA possui um cronograma próprio de eventos. Neste momento, o Diretor Carlos Eduardo Pellegrino pediu a palavra para relatar que a ANAC tem se encontrado em reuniões com o CENIPA, com o DECEA e com a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR para a definição dos papéis de cada uma destas entidades na aviação civil e salientou a competência da ANAC e do DECEA para julgar, administrativamente, as denúncias recebidas. Em referência à segurança de voo, o Diretor apontou que, conforme legislação vigente, as análises do CENIPA resultam em recomendações, que são encaminhadas à ANAC para avaliação e resposta pelas áreas técnicas competentes, não havendo, no entanto, obrigatoriedade de

implementação destas recomendações. O Diretor Cláudio Passos Simão fez um adendo para destacar que, no âmbito da Agência, é comum que as demandas recebidas pertençam, simultaneamente, a mais de uma área. Ratificou que, no entanto, o macroprocesso de regulamentação ocorre a cargo de uma Superintendência específica, exemplificando com a norma que regula a acessibilidade, cujo macroprocesso é regulamentado pela Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária - SIA e que está em fase de finalização para deliberação por parte da Diretoria. O Presidente agradeceu a participação dos Diretores e explicou que as recomendações encaminhadas pelo CENIPA seguem o mesmo fluxo das provenientes da Organização da Aviação Civil Internacional - OACI, sendo o papel destes órgãos investigar ocorrências e elaborar recomendações, encaminhando-as ao órgão regulador para que este avalie a melhor forma de se promover as mudanças necessárias. O Conselheiro Humberto Branco pediu a palavra para informar da atenção dada pela Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves - APPA à segurança operacional na aviação geral e expôs sua preocupação em relação à norma que desobriga o CENIPA a oferecer relatórios finais sobre acidentes que envolvam aeronaves com peso inferior a dois mil duzentos e cinquenta quilos, discorrendo sobre o alto índice de acidentes da aviação de menor porte e sobre a importância da divulgação destes relatórios para subsidiar a propagação da cultura de segurança operacional. Sugeriu também maior interação entre a ANAC, os usuários da aviação geral e o CENIPA, de forma a buscar uma alternativa para a divulgação das informações relacionadas a estes casos. O debate continuou com o Conselheiro Robson Bertolossi citando o papel de investigação desempenhado pelo CENIPA e defendendo que as investigações de tragédias deveriam ocorrer de forma exclusiva pelo órgão para, só então, haver a manifestação das demais entidades envolvidas. Por fim, representantes do Centro de Investigação presentes na reunião, o Tenente-Coronel Valter Barreto Silva e o Coronel Marcelo Marques de Azevedo, informaram que, independentemente do disposto na citada norma, sempre que um acidente apresentar ensinamentos à aviação, será elaborado relatório final e que somente para os demais casos serão produzidos relatórios sumários.

(3) Dando prosseguimento à ordem dos trabalhos, o Presidente apresentou a Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado, Sra. Danielle Crema, para expor ao Conselho sobre os processos de concessão dos aeroportos internacionais Antônio Carlos Jobim - Galeão, no Rio de Janeiro, e Tancredo Neves - Confins, localizado nos municípios de Confins e de Lagoa Santa. A Superintendente destacou que o objetivo maior das novas concessões é melhorar os níveis de serviços e promover a expansão da infraestrutura aeroportuária destes aeroportos. Alegou que, ao inserir diferenciação nos ativos, a ANAC pretende introduzir competição no sistema aeroportuário brasileiro, construir um *benchmarking* entre os aeroportos e ampliar a competitividade, práticas estas que devem apoiar a regulação na exploração destas infraestruturas e ajudar a difundir melhores práticas de gestão

aeroportuária. A Superintendente exibiu os resultados das três últimas concessões realizadas e, em seguida, indicou como o processo de concessão se estrutura, esmiuçando sua divisão em duas fases: a) fase de estudos técnicos; e b) uma fase posterior de documentos jurídicos, composta pela licitação, pelo edital e pelo contrato. Foram apresentados os conceitos de contribuição fixa e variável, sendo esta última determinada para os dois aeroportos no valor de 5%, as premissas de capacidade, as premissas macroeconômicas e os prazos das concessões, bem como as projeções de valores agregados e de arrecadações previstas para cada aeroporto e seus valores mínimos de outorga, tendo estes últimos sido estimados com base nos estudos técnicos realizados. Ela pontuou as principais exigências do edital das concessões, salientando a possibilidade de que um mesmo agente possa disputar ambos os aeroportos, não obstante possa ser o vencedor de apenas uma das licitações, e destacou a vedação da participação dos atuais concessionários na licitação. Deu prosseguimento descrevendo pormenorizadamente as fases em que o objeto da concessão foi dividido, enfatizando que o prazo previsto para o término da primeira fase é o mês de abril de 2016 e que a segunda fase refere-se ao restante da execução do contrato. Sobre essa primeira fase da concessão, a Superintendente atentou para a importância do papel desempenhado pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO que, nesta etapa, atua lado a lado com o concessionário com o objetivo de proporcionar sua familiarização com as atividades do aeroporto objeto da concessão e a continuidade dos serviços prestados. Segundo ela, a INFRAERO irá acompanhar o vencedor da licitação até que este esteja apto a assumir todas as atividades aeroportuárias e passe, então, a ser apenas assistido pela estatal. Já no detalhamento da segunda fase, a Superintendente discorreu sobre a importância do planejamento na concessão e sobre as obrigações de investimento dos concessionários, que tem como objetivo viabilizar que a infraestrutura não se torne um limitador para desenvolvimento da aviação no país. Citou o Plano de Expansão Aeroportuária, dividido no Plano de Gestão da Infraestrutura, no Plano da Qualidade de Serviço e na necessidade de elaboração de Planos para Eventos Especiais, e destacou a necessidade de atenção ímpar ao atendimento dos parâmetros mínimos de qualidade de serviço que, se desrespeitados, podem configurar descumprimento do contrato. Finalizando a apresentação, a Superintendente informou sobre os investimentos de curto prazo necessários para cada aeroporto, que devem estar concluídos até abril de 2016, e sobre a alocação de riscos, que pode funcionar como elemento de reequilíbrio contratual, dispondo-se, em seguida, a esclarecer dúvidas que porventura viessem a surgir. Terminada a exposição, o Presidente abriu espaço para comentários, sendo o Conselheiro Antônio Cláudio Magnavita o primeiro a se manifestar ao destacar sua preocupação com a preservação dos serviços básicos ao usuário, com a manutenção de lojas populares nos aeroportos, com os custos de farmácias e restaurantes e, ainda, com a presença de máquinas de atendimento automático. Em seguida, o Conselheiro Victor Celestino parabenizou a ANAC pela iniciativa e pelos avanços já conquistados com as outras concessões e defendeu a necessidade de que as lições aprendidas com as concessões já realizadas sejam consideradas e tornem-se objeto de aprimoramento na concretização

das novas concessões. O Conselheiro Walter Bartels aproveitou o espaço para destacar a importância do planejamento a longo prazo, demonstrando especial preocupação com o Aeroporto Antônio Carlos Jobim. O próximo Conselheiro a se manifestar foi o Sr. Pedro Azambuja, que cumprimentou a Superintendência de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado - SRE pelo trabalho realizado nas concessões e demonstrou seu apoio às manifestações realizadas pelo colega Antônio Cláudio Magnavita. Questionou ainda se o projeto apresentado para a concessão do aeroporto Antônio Carlos Jobim havia levado em conta seu Plano Diretor e as previsões nele enumeradas, discorrendo sobre a importância de que fosse sempre considerada a estrutura regional ao redor dos aeroportos objetos da concessão. Por fim, o Conselheiro Robson Bertolossi cumprimentou o Conselheiro Victor Celestino por suas palavras e teceu suas considerações acerca dos aumentos de preços realizados pelos administradores aeroportuários. Em resposta às manifestações, a Superintendente destacou a importância que o planejamento integrado tem hoje no Brasil, sobretudo na área de transporte, alegando que a criação da SAC/PR pode ser encarada como a sinalização da preocupação do governo em pensar o transporte aéreo sob uma perspectiva de longo prazo, citando também o Plano Geral de Outorgas, e ressaltou que vislumbra a possibilidade de que algumas mudanças estruturais nos aeroportos já sejam percebidas no curto prazo. Alegou também que, por se tratarem de contratos de performance, vê como um dos objetivos dos projetos de concessão o estabelecimento de uma obrigação de planejamento ordenado de investimento em infraestrutura e foi categórica ao defender a necessidade de uma regulação presente e ativa por parte da ANAC para que estes contratos sejam bem sucedidos, e que desta regulação ativa e presente deve resultar o desenvolvimento de um marco regulatório capaz de dar suporte a estes contratos. Em relação aos pontos levantados pelo Conselheiro Antônio Cláudio Magnavita, a Superintendente pediu paciência, salientando a previsão de que, com a ampliação da infraestrutura destes aeroportos, seja disponibilizada uma relativa diversidade de lojas com o objetivo de atender aos mais diversos públicos, e lembrou a todos sobre as limitações e impedimentos que o Poder Público impõe aos administradores nos aeroportos públicos. Finalmente, reforçou a ideia de que, com as novas concessões, seja alterada a relação estabelecida entre o operador aeroportuário, as empresas aéreas e o consumidor, de forma que estes últimos passem a ser vistos como clientes do sítio aeroportuário. O Conselheiro Ricardo Nogueira pediu a palavra para um breve comentário, começando com seu agradecimento à Superintendente pela atenção dispensada no dia anterior para, em seguida, ressaltar a importância de se estabelecer uma ligação junto à SRE. Em seguida, aproveitou o espaço concedido para informar que o Anuário da Aviação Geral será disponibilizado no dia doze de agosto nos idiomas inglês e português, estando disponível também no sítio eletrônico da Associação Brasileira de Aviação Geral - ABAG. Por fim, o Conselheiro Antônio Cláudio Magnavita retomou a palavra para reiterar a necessidade de, nos contratos, constarem cláusulas que resguardem os direitos conquistados pelos passageiros no que tange aos valores cobrados nos aeroportos e à presença de lojas populares nesses locais. Em sua resposta, a Superintendente

informou que a ANAC já possui normatização para garantir a manutenção dos direitos destes passageiros, pontuando também que o perfil do novo usuário dos aeroportos muitas vezes, por si só, já funciona como limitador para possíveis abusos. O Presidente finalizou o debate parabenizando o Gerente-Geral de Ação Fiscal e a Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado pela mudança de paradigma que ambos proporcionaram à Agência e explicou que as concessões funcionam como uma mudança de lógica do trabalho que era realizado e da própria administração aeroportuária. Reconheceu também a importância da criação da SAC/PR no desenvolvimento da infraestrutura e do planejamento aeroportuário, na criação de diretrizes e políticas de aviação civil e na política comercial aeroportuária. Finalmente, discorreu sobre o impacto de grandes eventos, como a Copa das Confederações, e sobre o aprendizado por eles proporcionado, fato que tem auxiliado a Agência a ampliar seu conhecimento e a aprimorar sua forma de atuação durante a ocorrência de eventos deste porte.

(4) Passando para o próximo tópico da pauta, o Presidente convidou o responsável pela coordenação do grupo de trabalho de análise do relatório apresentado pela Câmara Técnica de Aviação Geral, Sr. Alex Castaldi Romera. Contextualizando sua exposição, o coordenador explicou que foi dado à equipe o prazo de vinte e cinco dias para a conclusão dos trabalhos, tendo ela sido composta por um assessor de cada Diretoria e que foi adotada como metodologia de análise a busca pela resposta de três perguntas básicas, todas no contexto da aviação geral, a saber: a) qual a situação atual; b) o que a ANAC já está fazendo para resolver essa demanda; e c) que atitudes a ANAC pode tomar para melhorar a situação. De forma a otimizar os trabalhos, a equipe levantou as demandas percebidas pela análise do relatório e as ordenou em seis grandes grupos, que passaram a ser explicados um a um pelo coordenador. O primeiro destes grupos refere-se à solicitação de maior participação dos regulados na formulação de atos normativos e de políticas. De acordo com o coordenador, o assunto vem sendo trabalhado pela Agência no aperfeiçoamento da comunicabilidade e da previsibilidade da relação estabelecida entre regulador e regulado. Aproveitou para informar que o aperfeiçoamento desta comunicação é assunto contemplado na Agenda Regulatória da ANAC e que está presente entre os onze projetos prioritários da Agência, anunciando também que existem reuniões já agendadas com os representantes dos regulados para o segundo semestre do ano corrente com o objetivo de tratar da revisão dos Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil (RBAC) n<sup>os</sup> 61 e 91. O segundo grupo trata de um tema bem específico da área e gira em torno da desburocratização da instalação de equipamentos de comunicação e navegação e do uso de dispositivos eletrônicos portáteis. Sobre o assunto em tela, o coordenador afirmou que a ANAC tem a pretensão de modificar o RBAC 23 e que a Agência está presente em um comitê internacional para discussão da *Part 23* dos *Federal Aviation Regulations* (FARs), elaborados pela *Federal Aviation Administration* - FAA, e anunciou ainda que ambos os

pontos citados também serão incorporados à Agenda Regulatória. O tema central do grupo seguinte é a emissão de *Letter Of Authorization* (LOA) para procedimentos de *Performance Based Navigation* (PBN) para aeronaves da aviação geral leves. O orador assegurou que a ANAC já percebeu algumas dificuldades encontradas relativas ao tópico e que hoje direciona seus esforços para a simplificação e para o aceleramento do processo atual de obtenção de LOA, objetivando aprimorar a análise dos processos de operações especiais e disponibilizar instruções detalhadas aos solicitantes de autorizações PBN através do sítio da Agência na internet. Lembrou ainda sobre o pedido de isenção para aeronaves de até cinco mil e setecentos quilos, cujo processo já se encontra em análise dentro da ANAC mas depende da avaliação de cinco de suas Gerências e de duas de suas Superintendências para, só então, ser submetido à deliberação da Diretoria. Os problemas na divulgação dos direitos de pilotos e proprietários de aeronaves no Brasil constituem o quarto grupo de demandas. Sobre o assunto, o coordenador informou que o maior problema identificado decorre, sobretudo, da cobrança de taxas e tarifação. Visando a resguardar os direitos dos pilotos e proprietários, a ANAC está realizando um trabalho em conjunto entre a SRE e a Associação dos Pilotos e Proprietários de Aeronaves - APPA e pretende incluir um texto explicativo sobre a Portaria nº 306/GC5, de 25 de março de 2003, no sítio eletrônico da Agência, dentro do item “Aeródromos”, além de encaminhar aos representantes da aviação geral a sugestão de que estes se envolvam no processo de denúncia de aeroportos que descumpram o estabelecido no referido ato. Sobre as demandas relativas às emissões de licenças e habilitações, quinto grupo identificado, o coordenador informou que o assunto já foi classificado como frágil pela ANAC e que se trata de tema central do projeto prioritário “Otimização da Certificação de Pessoal da Aviação Civil”, apontando também que a ANAC possui uma visão otimista para o futuro destas emissões a médio e longo prazo. Ele aproveitou para comunicar que a Agência está atuando em revisões e atualizações para o curto prazo e que já foi criado um grupo dedicado à revisão e à proposição de mudanças ao RBAC nº 61. Quanto ao último grupo de demandas, referente ao treinamento de pilotos em voos por instrumento (IFR), o coordenador sugeriu que a solicitação fosse redirecionada primeiramente ao DECEA, mas informou que, com a revisão do RBAC nº 61, existe a possibilidade de ser proposta a ampliação do número de horas de simulador aceitas para esta habilitação. Prosseguindo com a apresentação, ele explicou que, concluída a identificação das demandas, o grupo de trabalho passou à elaboração de um diagnóstico da situação, no qual ficou evidente a existência de uma dificuldade de comunicação entre a ANAC e o setor da aviação geral e ressaltou que, embora este segmento seja eventualmente preterido, ele não pode ser negligenciado. Para solucionar os problemas identificados e criar uma comunicação diferenciada com o setor, sugeriu a criação de pontos focais externos à ANAC que representem a aviação geral brasileira de forma a contribuir com a Agência nas atividades de regulação do segmento e defendeu a necessidade de que sejam realizadas alterações dos ritos de regulação e de fiscalização e também diferenciações da operacionalização dos macroprocessos da aviação geral. Por fim, salientou que o diagnóstico e os

encaminhamentos resultantes da análise do relatório foram remetidos à Diretoria. O Presidente agradeceu a exposição do coordenador do grupo de trabalho e ressaltou que o diagnóstico apresentado já começou a ser trabalhado pela Agência. Em seguida, passou a palavra aos Conselheiros para perguntas, sendo o Sr. Humberto Branco o primeiro a se manifestar. O Conselheiro agradeceu o espaço concedido à aviação geral na pauta da reunião e atentou para a visão comum que se tem sobre a existência de uma dissociação entre aviação geral e aviação comercial e para a aparente contradição que permeia entre estes setores. Defendeu que, sob seu ponto de vista, a aviação geral e a aviação comercial se complementam, sendo necessários esforços por parte da Agência e do DECEA na identificação e elaboração de políticas que favoreçam a aviação geral, em especial a aviação geral leve, de forma a proporcionar um reaclturamento, tanto da ANAC quanto da sociedade, sobre o conceito do segmento e auxiliar na promoção de seu desenvolvimento, contornando a possibilidade de ocorrência de problemas futuros relacionados à escassez de pessoal capacitado. O próximo a usar da palavra foi o Sr. Ricardo Nogueira, que alertou os demais Conselheiros para atualização do conceito de aviação geral, hoje entendida como ferramenta de trabalho e negócio de crescente importância na geração de empregos, e não mais como apenas aquele segmento da aviação que não possui regularidade. O Conselheiro enfatizou acreditar que a aviação geral deve se tornar uma das prioridades da Agência haja vista sua grande relevância e abrangência e o fato de constituir uma das bases da aviação civil, propondo que a ANAC amplie sua interação com os representantes deste segmento com o objetivo de possibilitar que a Agência compreenda sua amplitude e os impactos dele decorrentes. Citou também o proferido pelo Ministro da SAC/PR, Sr. Moreira Franco, defendendo que o Brasil deve passar a pensar a aviação sob o viés econômico. Por fim, anunciou seu apoio ao discurso do Conselheiro Humberto Branco e completou alegando que, enquanto a aviação for pensada somente no enfoque social, o aeroporto será visto apenas como terminal de passageiros e negligenciará suas demais potencialidades. Manifestou-se em seguida o Conselheiro Fernando Alberto dos Santos, que chamou a atenção para o *Notice to Airmen* (NOTAM) recém-publicado determinando o impedimento, pelo prazo de sessenta dias, da prática da aviação geral no aeroporto internacional de Confins. O Conselheiro solicitou que a medida fosse revista, ainda que apenas para a realização de operações internacionais, e enfatizou o impacto desta vedação e de proibições semelhantes na economia brasileira. O Presidente fez um adendo para salientar que o espaço do Conselho não deve ser utilizado para reclamações pontuais, anunciando que a próxima apresentação da reunião seria sobre os canais de comunicação da ANAC e que estes poderiam ser utilizados para tal finalidade. Prosseguindo, o Presidente devolveu a palavra ao coordenador do grupo de trabalho para respostas. Em um primeiro momento, o Sr. Alex Castaldi Romera afirmou que a ANAC conhece da importância da aviação geral e que ela merece tratamento diferenciado, destacando em seguida que a Agência já percebeu que sua estrutura atual ainda não está suficientemente preparada para atender aos diversos aspectos específicos de cada segmento abrangido por esta modalidade e que há a intenção de que essas falhas sejam

trabalhadas e corrigidas. Novamente, o conselheiro Humberto Branco pediu a palavra para sugerir que a ANAC, o DECEA e a ABAG levantassem, juntos, quais *slots* estão sendo efetivamente utilizados em cada aeródromo, dados estes que possibilitariam uma reavaliação da forma como o espaço aéreo e os espaços nos aeroportos são alocados no país. Em apoio ao colega, o Conselheiro Ricardo Nogueira lembrou sobre o relatório publicado pelo DECEA sobre os aeroportos contingenciados devido à Copa das Confederações, alegando que houve um decréscimo na operacionalidade destes se comparado com o período anterior e defendeu que, embora a análise seja pertinente, ele desacredita da possibilidade de mudanças efetivas dela decorrentes. De posse da palavra, o Diretor Cláudio Passos Simão ressaltou a importância do papel desempenhado pelos grupos de trabalho e da ajuda que eles têm oferecido à ANAC na melhor compreensão sobre quais são as demandas provenientes de cada setor. O Diretor destacou também que não há um ponto comum entre todas as solicitações recebidas pela Agência provenientes de cada um dos setores representados pelos Conselheiros e afirmou que o bloco da aviação civil está segmentado em, no mínimo, cinco áreas distintas, cada uma com peculiaridades e demandas próprias e que, muitas vezes, seus interesses são conflitantes. Por fim, atentou para a importância de a ANAC conhecer das necessidades de cada um destes mundos, o que viabilizaria seu tratamento com a merecida atenção e cuidado, afirmando ainda que a Agência está aberta para debate e transparência de seus atos. O Diretor Carlos Eduardo Pellegrino, por sua vez, alegou que consta na Agenda Regulatória da Agência a previsão de um projeto estruturante para a elaboração específica de normas finalísticas, sendo intenção da ANAC ouvir a sociedade no desenvolver de suas atividades, e aproveitou para informar que a convocação para a primeira reunião da Agenda Regulatória deve ocorrer até o final do mês de agosto. De posse da palavra, o Coronel Gustavo Adolfo de Oliveira manifestou-se afirmando que, ao desempenhar seu papel de piloto, sente-se mais próximo das atividades da aviação geral do que das atividades da aviação comercial, mas que, no entanto, ao desempenhar seu papel de Gerente de espaço aéreo, passa a ser sua função seguir as políticas públicas traçadas, políticas estas que hoje priorizam o transporte de passageiros. Ressalvou também que o DECEA, embora seja ele o responsável por impor as restrições, apoia as práticas da aviação geral, e pontuou que acredita que o NOTAM citado possa ser reavaliado junto à administração aeroportuária, tendo em vista que a proibição não veda o trânsito da aviação geral no aeroporto de Confins, mas sim a utilização do pátio destinado a esse segmento da aviação devido às obras no sítio aeroportuário. Finalizando, o Coronel salientou a importância de que seja realizado um trabalho acerca das políticas públicas de uso das infraestruturas que tenha como objetivo possibilitar a correta segregação e estruturação do setor, além de prestar o atendimento adequado a toda sociedade e usuários da aviação. Concluindo o debate, o Presidente agradeceu as contribuições recebidas sobre o tema e a apresentação do coordenador do grupo de trabalho, mencionando que a Agência enxerga na aviação geral uma de suas prioridades. Informou que a Agenda Regulatória tem como uma de suas intenções prevenir os setores sobre os assuntos que serão trabalhados pela ANAC e, por fim, anunciou que existe a pretensão

de que o número de restrições sofridas pela aviação geral durante os grandes eventos seja reduzido. Neste momento, os Conselheiros, representados pelo Sr. Cláudio Antônio Magnavita, pediram a palavra para comunicar seu apoio à permanência do Diretor Marcelo Pacheco dos Guaranys no mandato de Presidente da ANAC e informaram que apresentariam um documento formal como forma de dar suporte e sugerir sua recondução junto à SAC/PR. O Presidente agradeceu o reconhecimento e, atendendo à sugestão do Conselheiro Walter Bartels, aceitou apresentar as modificações realizadas no Regimento Interno do Conselho Consultivo no próximo encontro. Antes de suspender a reunião para uma breve pausa, no entanto, o Presidente distribuiu para os Conselheiros um material pontuando, uma a uma, as propostas de alteração do referido Regimento e suas respectivas justificativas.

(5) Após breve intervalo, o Presidente retomou os trabalhos convidando a Gerente Técnica de Gestão da Informação, Sra. Melina Zaban Carneiro, para apresentar as Formas e Canais de Comunicação da Sociedade com a ANAC, quinto assunto da pauta. A Gerente introduziu o assunto apresentando o *Call Center* da Agência, canal responsável pelo recebimento de 84% das manifestações dos usuários. Explicando seu funcionamento, a Gerente afirmou que existem roteiros de atendimento para a prestação imediata de informações e que demandas que ultrapassem a competência dos atendentes são repassadas às áreas técnicas para que recebam a atenção adequada. No caso de denúncias, ressaltou que estas são repassadas para a GGAF, de forma a subsidiar a estruturação de formas de fiscalização, ou à Ouvidoria, no caso de se tratarem de reclamações sobre os serviços prestados pela ANAC. Em seguida, a Gerente passou à apresentação dos canais disponíveis através do sítio eletrônico da ANAC e das formas presenciais de atenção ao usuário, que funcionam nas figuras do Serviço de Atendimento ao Cidadão, concebido por força da Lei de Acesso à Informação, e dos Núcleos Regionais de Aviação Civil - NURACs, estes últimos criados após reforma estrutural da Agência ocorrida no ano de 2012. Apresentou também a forma como as demandas são recebidas, distribuídas, tratadas e respondidas pela Agência, informando ainda que a ANAC utiliza um sistema próprio para possibilitar a realização deste fluxo e que a celeridade no atendimento e a qualidade das informações prestadas são duas das principais preocupações da Gerência Técnica de Gestão da Informação - GTGI. Quanto aos prazos para atendimento das demandas recebidas, a Gerente indicou que os pedidos provenientes do canal da Lei de Acesso à Informação possuem o prazo legal de vinte dias, prorrogáveis por mais dez, para serem respondidos, enquanto as denúncias recebidas não possuem um prazo definido, haja vista dependerem de uma ação integrada de planejamento de fiscalização da GGAF com demais órgãos competentes. Prosseguindo, ela discorreu sobre a possibilidade de recebimento de documentação física por meio do setor de protocolo e explicou ser este o setor responsável pela filtragem do material recebido e por seu encaminhamento às áreas competentes, mas destacou, no entanto, que esta é a opção mais morosa, menos eficiente e de gestão

mais difícil entre as apresentadas dadas as restrições impostas pela própria dinâmica do serviço público. Por fim, a Gerente concluiu a exposição exibindo dados estatísticos sobre a forma como as manifestações externas são recebidas pela Agência, sobre quais os principais tipos de demandas recebidas e sobre os índices de atendimento relacionados aos serviços do *Call Center*. O Presidente, então, agradeceu a participação da Gerente e passou a palavra aos Conselheiros para comentários. O Conselheiro Humberto Branco manifestou-se questionando os dados informados e propôs a criação de um grupo de usuários do setor da aviação geral para que sejam repassadas à Gerente as dificuldades enfrentadas pelo segmento e a descrença com que estes usuários veem os canais de comunicação da ANAC, ressaltando em seguida que esse intercâmbio de informações poderia auxiliar a Agência na correção das imperfeições identificadas. O representante dos usuários dos serviços aéreos, o Conselheiro Antônio Cláudio Magnavita, elogiou o trabalho de conscientização do passageiro realizado pela ANAC e solicitou à Gerente que lhe fosse encaminhado o perfil das demandas provenientes de passageiros, de forma a subsidiar os trabalhos da Câmara Técnica dos Usuários. O último Conselheiro a pedir a palavra foi o Sr. Elones Ribeiro, que corroborou com o proferido pelo colega Humberto Branco e salientou a falta de informação relativa à expedição de carteiras e das horas de voo, sobretudo no setor de formação de pilotos. Em resposta, a Gerente alegou que, desde a criação da GTGI, a ANAC vem identificando algumas falhas nos sistemas de comunicação e que é de importância ímpar para a Agência conhecer das dificuldades enfrentadas pelo usuário externo, de forma a viabilizar um processo de melhoria contínua. Atentou, no entanto, para as dificuldades e para a lentidão enfrentadas pelos gestores na implantação de mudanças dentro do serviço público, mas afirmou que as questões relativas à emissão de carteira e informações sobre horas de voo já estão sendo endereçadas dentro da Agência. Outro ponto abordado foi relativo ao perfil dos usuários desses sistemas que, segundo a Gerente, é de difícil identificação devido à não obrigatoriedade da prestação de dados pessoais no momento da solicitação da informação. Entretanto, ressaltou a possibilidade de que seja traçado um perfil parcial destes usuários com base nas informações por eles prestadas voluntariamente e colocando-se à disposição para compartilhar tais dados. O Conselheiro Antônio Cláudio Magnavita questionou se existe a previsão de atendimento a usuários estrangeiros durante a realização de grandes eventos e foi informado pela Gerente de que o *Call Center* atende nos idiomas português, inglês e espanhol, e que o sítio da ANAC na internet também apresenta informações em inglês. Neste momento, o Ouvidor da Agência, Sr. José Carlos Ferreira, juntou-se à mesa e relatou que o órgão está ciente que os usuários enfrentam alguns problemas no acesso a esses canais de atendimento e que este fato motivou a elaboração e desenvolvimento de um projeto prioritário focado na melhoria do atendimento aos usuários. Ele destacou a necessidade de qualificar melhor o usuário dos sistemas de comunicação e explicou que a Ouvidoria vem realizando uma ação em conjunto com a GTGI para elaborar o perfil destes usuários, tendo como propósito oferecer um atendimento mais adequado a cada situação em particular. O Ouvidor esclareceu também que, na aba “Transparência” do

sítio da Agência, existem informações sobre as principais reclamações recebidas pela ANAC e finalizou informando que há um trabalho sendo realizado de forma intensiva entre sua unidade e a Gerência de Licença de Pessoal - GPEL com o objetivo de promover a melhoria do atendimento às demandas de pilotos e demais usuário da aviação geral. Por fim, o Ouvidor se comprometeu a apresentar na próxima reunião do Conselho Consultivo, dados que demonstrem a evolução destes trabalhos. Em seguida, a Conselheira Graziella Baggio pediu a palavra para citar um fato noticiado pela mídia no final de semana e questionou se os canais apresentados são capazes de captar ocorrências como aquela. Ela explicou que o Sindicato Nacional dos Aeronautas orienta a classe a encaminhar suas reclamações com cópia para o CENIPA por desacreditarem no serviço de atendimento da Agência e prosseguiu repetindo que, sob seu ponto de vista, as recomendações feitas pelo CENIPA deveriam ser seguidas independentemente de juízo da Diretoria. Finalizou sua manifestação sugerindo que a Agência providencie um processo de esclarecimento junto aos aeronautas como tentativa de reconquistar sua confiança e apoio. Novamente de posse da palavra, o Ouvidor aproveitou para informar ao Conselheiro Antônio Cláudio Magnavita sobre o guia do passageiro distribuído nos aeroportos, afirmando que este guia foi elaborado já pensando na ocorrência de grandes eventos e que possui versões nos idiomas inglês e espanhol, além do português. Para concluir o debate, o Presidente explicou como era e como é realizado hoje o atendimento ao usuário e enfatizou serem prioridades da Agência a melhoria as plataformas de recepção e dos procedimentos de atendimento e o tratamento das demandas de informação. Aproveitou para destacar o deslocamento do setor de atendimento ao público para a área administrativa da Agência, realizado com o objetivo de proporcionar um tratamento uniforme e otimizado para todas as solicitações recebidas e de oferecer o suporte necessário às áreas fins na resposta destas demandas. Citou também as especificidades dos caminhos seguidos por cada tipo de solicitação, salientando o sucesso na concretização dos prazos estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação e que a ANAC tem buscado reestruturar a Gerência responsável pela emissão de licenças, e reafirmou que tanto a otimização da área de licenças quanto a melhoria do atendimento ao usuário são assuntos contemplados nos projetos prioritários estabelecidos pela Agência. Por fim, o Presidente mudou o foco do debate para a relação estabelecida entre o CENIPA e a ANAC, afirmando que ambos são grandes parceiros, mas ressaltando ser indispensável o estabelecimento de uma separação de funções entre estes órgãos para evitar o conflito de interesses. Assim, explicou que um dos papéis do Centro de Investigação é realizar a análise de causas possíveis dos acidentes ocorridos e elaborar um relatório com recomendações sobre o que pode ser alterado, encaminhando-o, posteriormente, para avaliação e estudo da Agência. A ANAC, por sua vez, surge como órgão competente por avaliar e estudar essas recomendações, estabelecendo, em seguida, o que deverá ser alterado pela regulação. Embora discordando da posição adotada pela Agência, a Conselheira Graziella Baggio disse defender uma Agência independente da análise de acidentes,

citando a adoção de orientações internacionais na legislação regulatória, e finalizou afirmando que, em seu entendimento, a segurança de voo é assunto prioritário para a ANAC.

(6) Debate encerrado, o Presidente prosseguiu os trabalhos apresentando os assuntos gerais e definiu o prazo de cinco minutos para que os Conselheiros inscritos se manifestassem. Antes de conceder a palavra aos Conselheiros, no entanto, aproveitou para salientar que os meios de comunicação apresentados eram a melhor forma para que a solicitação de informações diversas e a realização de cobranças e lembrou que o espaço do Conselho Consultivo se destinava a assuntos de importância para a aviação civil como um todo, e não para debates de assuntos muito específicos. O primeiro Conselheiro inscrito foi o Sr. Walter Bartels, que discorreu sobre o uso civil de veículos aéreos não tripulados e defendeu a necessidade de regulação e da definição sobre a certificação da atividade, tendo em vista o fato desta área ainda ser tratada como integrante do segmento de “serviços aéreos especializados”. Aproveitou para informar que a Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil - AIAB irá trabalhar o assunto em conjunto com a ANAC e com o DECEA e colocou a Associação à disposição dos demais Conselheiros para maiores informações. Finalizou pontuando o esforço exercido pela AIAB para acelerar a concretização de acordos internacionais relacionados à aviação, destacando o acordo de certificação com a Europa, que se encontra no Congresso Nacional para apreciação, e o acordo da Cidade do Cabo, cujo decreto demorou mais de um ano para ser editado. O Presidente agradeceu o apoio e esforço da Associação e reforçou que a ANAC mantém-se sempre ativa nessas negociações. Dando prosseguimento aos assuntos gerais, o Conselheiro Robson Bertolossi reclamou sobre as políticas atuais das tarifas de conexão, que beneficiam exclusivamente passageiros estrangeiros, classificando a medida como populista e defendendo que ela não deveria ser aplicada a esses passageiros. O Presidente respondeu que as tarifas de conexão são definidas por lei, cabendo à ANAC apenas aplicar o disposto na legislação, e salientou que pedidos exclusivos de discussão sobre regulamentação não devem ser tratados no âmbito do Conselho Consultivo. O terceiro Conselheiro inscrito foi o Sr. Antônio Cláudio Magnavita que, neste primeiro momento, convidou os demais Conselheiros para acompanhá-lo na entrega, ao Ministro da SAC/PR, do documento de apoio à recondução do Diretor Marcelo Pacheco dos Guaranys à Presidência da ANAC assim que terminada a reunião. Em seguida, parabenizou a Agência pelo trabalho desenvolvido durante a Copa das Confederações e por sua sintonia com a mídia brasileira no período do evento e prosseguiu alertando sobre o alto custo das passagens no Brasil. O Conselheiro manifestou sua preocupação com o fato de que os bilhetes de muitos dos trechos brasileiros chegam a ser mais caros que os de trechos internacionais, fato preocupante para o setor do turismo. Aproveitou para avisar sobre a realização de um seminário do Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur no próximo dia nove de julho, no qual será discutida também a preocupação do setor com as altas tarifas praticadas durante os períodos de

grandes eventos, e solicitou à Agência a devida atenção para o assunto, alegando não ser interessante consolidar a visão do Brasil como um destino caro para os passageiros. Finalizando, o Conselheiro pediu que a ANAC se fizesse presente no referido seminário e também na próxima reunião do Conselho Nacional de Turismo como forma de auxiliar na harmonização desta situação junto às demais áreas envolvidas. Em resposta, o Presidente afirmou que a ANAC frequentemente realiza operações especiais durante a ocorrência de grandes eventos e de datas de maior movimentação aérea e que sempre se faz presente nos aeroportos. No entanto, anunciou que, hoje, a Agência adota uma postura mais ativa na mídia devido às orientações emanadas pela SAC/PR e como forma de proporcionar uma regulação mais transparente e presente na sociedade. Sobre os altos valores praticados pelas companhias aéreas, o Presidente alegou se tratar de uma grande preocupação da Agência, citando o aumento do dólar e do custo do combustível como motivadores para esses reajustes nas tarifas, e informou que a ANAC tem a intenção de estar presente no seminário da Embratur. Por fim, lembrou sobre a diminuição da participação das duas maiores empresas no mercado brasileiro e sobre o conseqüente crescimento de empresas menores e ponderou que proporcionar o aumento da concorrência é uma das competências da Agência, sendo a estabilidade regulatória um fator importante para que novas pessoas queiram investir no setor da aviação. Concluída a resposta do Presidente, o Conselheiro aproveitou para manifestar seu interesse em receber o *clipping* diário elaborado pela ANAC com notícias relacionadas à aviação e aconselhou seus colegas a solicitarem a inscrição no clipping da Associação Brasileira de Empresas Aéreas - ABEAR. Por fim, sugeriu a realização de um seminário itinerante com o objetivo de capacitar jornalistas para a cobertura de pautas relacionadas ao setor aéreo, exemplificando com o trabalho desenvolvido pela Embratur em parceria com a Fundação Getúlio Vargas para conscientização do turismo sob o viés econômico. O Presidente e o Conselheiro Victor Celestino, representante da ABEAR, acolheram o pedido de inserção dos Conselheiros nos *clippings*. O Presidente informou também que, durante o primeiro semestre do corrente ano, a ANAC realizou seminários nas cidades de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro com o objetivo de reunir representantes dos setores aéreos e a imprensa especializada para apresentar a aviação civil e pautar seus principais problemas. Anunciou ainda que uma segunda rodada destes seminários está planejada para ocorrer no segundo semestre e que os Conselheiros seriam comunicados sobre a realização destes eventos. Em seguida foi passada a palavra ao quarto Conselheiro inscrito, o professor Elones Ribeiro, que declarou sua preocupação com a nova regulamentação da área de formação e adestramento de pessoal para a aviação civil, mais precisamente com o RBAC nº 61 e com o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA) 141. O professor defendeu que o estabelecido no RBAC nº 61 é extremamente favorável ao segmento por permitir que o aluno obtenha a carteira de licença de piloto já aos dezoito anos ou mesmo aos dezesseis anos, neste caso, desde que preenchidos os requisitos do Regulamento. No entanto, o Conselheiro citou o disposto no RBHA 141, que define que o Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC não poderá permitir que o aluno realize instruções práticas de voo

sem sua aprovação prévia no exame teórico da ANAC na licença correspondente. Segundo o professor, a necessidade de cumprimento de 430 horas para o curso de piloto privado e de 320 horas para piloto comercial é preocupante. Para ele, tais disposições tendem a tornar impraticável que um aluno com idade de até dezoito anos preencha esses requisitos enquanto, simultaneamente, curse o ensino médio ou pré-vestibular, realize demais atividades extra-curriculares e tenha vida social. Argumentou que a exigência de 430 horas de aulas teóricas pode gerar um alto nível de desistência dos cursos teóricos e práticos para pilotos nessa idade, sendo esta desistência intensificada por fatores como os elevados custos do curso, a baixa remuneração logo após a graduação na categoria de piloto privado e a instabilidade do mercado, entre outros. Prosseguindo seu raciocínio, o professor ponderou sobre a existência de disciplinas no curso que poderiam ser eliminadas, como o inglês para a aviação, cujas quarenta horas, sob seu ponto de vista, são dispensáveis para quem já domina o idioma e insuficientes para ensiná-lo a quem não o conhece. O professor estimou que, para que sejam preenchidas as 430 horas exigidas para o curso, um aluno que disponha de três horas diárias para as aulas demoraria seis meses e meio para concluir o curso teórico de piloto privado, enquanto um aluno que tenha apenas os finais de semana disponíveis levaria cerca de treze meses e meio para completa-lo. O professor defendeu acreditar que esse dispêndio de tempo seria mais um dado a motivar a evasão de alunos e a aumentar os custos da formação. Com base nas considerações levantadas, o professor se dispôs a apresentar uma proposta de reestruturação da teoria elaborada no novo manual de curso de piloto de aviação privada, de forma a adequar o número de horas exigidas à realidade dos alunos, e sugeriu que o desenvolvimento das disciplinas de ambos os cursos ocorra de forma gradual-transversal, viabilizando que tudo que o aluno veja no curso de piloto de aviação privada seja aproveitado também no curso de piloto comercial. Segundo seu entendimento, ele considerou ainda que o curso para piloto comercial, por ser mais voltado para a profissionalização de pilotos e realizado por pessoas com idade mais avançada, até poderia exigir as 430 horas teóricas, mas ressaltou que, para o curso de piloto privado, um total de 290 horas de aulas teóricas seria suficiente. Por fim, o professor manifestou sua preocupação também acerca dos custos da formação de instrutores de voo e refletiu sobre o fato de o RBAC nº 61 exigir a prática de duzentas horas de voo em comando, enquanto a formação em aeroclubes ocorre com cerca de cinquenta horas de voo atendendo para o fato de que, destas, apenas dez ou quinze horas são realizadas em comando. O Presidente agradeceu e manifestou interesse sobre as informações levantadas pelo Conselheiro e afirmou que a Agência o receberia caso fosse de sua vontade realizar uma apresentação para a área técnica competente, explicando que outro dos projetos prioritários da ANAC tem como foco a otimização da certificação do pessoal da aviação civil. O quinto Conselheiro inscrito foi o Sr. Pedro Azambuja, que utilizou o espaço para questionar sobre a revisão da Resolução nº 115, de 6 de outubro de 2009, que estabelece os critérios regulatórios quanto à implantação, operação e manutenção do Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis - SESCINC. Segundo o Conselheiro, a Resolução vem sendo discutida desde 2010

e só agora foi aprovada pela Procuradoria para deliberação da Diretoria. Ele alertou para a necessidade de regulação da formação dos bombeiros de aeródromos e para o despreparo da mídia para tratar do assunto. Em resposta, o Diretor Cláudio Passos Simão, relator do processo da revisão desta Resolução, informou que o documento havia sido encaminhado para relatoria na manhã daquele dia e que sua pretensão era de que este fosse pautado para a reunião da Diretoria da semana seguinte. Em seguida, o Conselheiro Dadino de Oliveira Filho questionou se a representação do operador aeroportuário de Brasília no Conselho Consultivo continuaria sendo efetuada pela INFRAERO ou se seria realizada pela InfraAmérica. Manifestou também sua insatisfação com a ausência da INFRAERO nas reuniões do Conselho e prosseguiu questionando qual o destino dado aos *ambulifts* adquiridos pela estatal, que foram utilizados nos aeroportos por pouco tempo e logo foram recolhidos para manutenção, afirmando que até o presente momento não foram devolvidos ao uso. Reclamou ainda sobre as lanchonetes instaladas nos aeroportos, sobre a falta de padronização na qualidade dos produtos, sobre o mau atendimento por elas oferecido e sobre os elevados preços praticados, defendendo que a aviação não deve ser elitizada, mas sim oferecida de forma a possibilitar o consumo e o acesso de todos aos aeroportos. Por fim, pediu informações sobre a posição adotada pela ANAC em suas atividades de fiscalização no que diz respeito à venda de produtos a bordo pelas companhias aéreas e questionou se, nestes casos, é oferecida nota fiscal ao cliente. O Presidente agradeceu a colaboração do Conselheiro, mas informou que as questões levantadas tratavam de pleitos alheios às competências da ANAC e que deviam ser questionados diretamente nos segmentos e sindicatos responsáveis. Afirmou também que a falta do representante da INFRAERO nas reuniões era sentida e que as sanções decorrentes da ausência, se cabíveis, seriam aplicadas. Neste momento, o Conselheiro Pedro Azambuja fez um adendo para se colocar à disposição do Conselheiro Dadino para esclarecimentos pertinentes ao seu segmento e informou que a ANAC e o administrador aeroportuário não possuem competência para controlar os preços praticados pelas lanchonetes e a emissão de notas fiscais nas vendas a bordo, defendendo que essa fiscalização deve ser realizada pelos órgãos de defesa do consumidor. Em resposta, o Conselheiro Dadino de Oliveira Filho ressaltou que as questões deveriam ser registradas no Conselho justamente por tratarem de assuntos que integram o meio da aviação, embora entendesse que os pleitos fossem de competência de outras instituições. O Presidente finalizou o debate dizendo compreender a posição do Conselheiro e seguiu concedendo a palavra à Sra. Graziella Baggio, que solicitou que as perguntas por ela encaminhadas ao endereço eletrônico da Secretaria-Executiva do Conselho Consultivo lhe fossem respondidas também por e-mail, pleito este acolhido pelo Presidente. Os Conselheiros questionaram a aprovação das atas das reuniões anteriores e foram informados que elas estavam disponíveis no sítio da ANAC, mas que a Agência iria analisar e avaliar a situação e que, se julgasse necessário, alteraria os procedimentos adotados atualmente. A Agência também assumiu o compromisso de, a partir deste encontro, apresentar o desenrolar de assuntos pendentes da reunião anterior na reunião seguinte e o Presidente aproveitou para reafirmar a importância de revisar o

Regimento Interno do Conselho Consultivo, afirmando que a atualização, cuja proposta fora entregue aos Conselheiros mais cedo, tem como objetivo auxiliar na organização e na otimização das reuniões, bem como no estabelecimento de suas pautas. Em seguida, o Conselheiro Humberto Branco pediu a palavra para informar que, naquela madrugada, o consórcio responsável por Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, havia invadido o Clube Esportivo de Voo - CEU e destruído sua pista com tratores. O Presidente lembrou sobre a existência de um acordo, motivado pela ocorrência das Olimpíadas, para mover o Clube CEU para outra localização e que o assunto tinha sido tratado pela autoridade olímpica do Rio de Janeiro e pela Autoridade Pública Olímpica - APO. Salientou que a prefeitura de Nova Iguaçu havia se disponibilizado a receber as aeronaves, mas que pendia de liberação para tal, e afirmou que a ANAC estava presente no local, sendo representada por meio de duas de suas Superintendências, a Superintendência de Segurança Operacional - SSO e a Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária - SIA, para avaliar a situação, mas ressaltou a dificuldade de coordenar a comunicação entre os diversos envolvidos no caso. Neste momento, o Presidente precisou se ausentar do Plenário e pediu licença, agradecendo a presença e transferindo o comando da reunião para o Diretor Cláudio Passos Simão. De volta ao assunto em tela, o Conselheiro Pedro Azambuja asseverou a necessidade de que seja elaborado um projeto viável para resolver a questão e disponibilizou os trabalhos do sindicato e de seus engenheiros. Novamente de posse da palavra, o Conselheiro Humberto Branco questionou se a ANAC tomaria alguma providência em relação ao assunto e foi informado pelo Diretor Cláudio Passos Simão que a Agência está trabalhando, dentro de suas competências, com o objetivo de dar o suporte necessário. Finalizando os assuntos gerais, o Diretor reforçou que seriam avaliadas mudanças possíveis na estrutura das reuniões do Conselho Consultivo como forma a otimizar seu tempo e a possibilitar seu máximo aproveitamento.

(7) Concluídos os debates acerca dos assuntos gerais, o Diretor Cláudio Passos agradeceu a presença dos Conselheiros e agendou a próxima reunião para o dia nove de outubro do corrente ano, em Brasília, no horário habitual, conforme comunicado formal a ser oportunamente expedido pela Secretaria-Executiva do Conselho Consultivo.

Ata lavrada pelo Secretário-Executivo Substituto do Conselho Consultivo, Vitor Mateus Silva Ramos.